

Mary, C. P. (2010),  
*Geografias Pátrias: Brasil e Portugal – 1875-1889*,  
Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói,  
192 p., ISBN 978-85-228-0533-4

---

Originalmente uma tese de doutorado<sup>1</sup> e inserido em uma recente empreitada teórica na historiografia da geografia brasileira, de investigação da produção do saber geográfico durante o Império (1822-1889), o livro de Cristina Pessanha Mary<sup>2</sup> tem como escopo geral a compreensão das concepções de geografia vigentes em tal período, analisando, particularmente, a chamada Seção Brasileira da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). Nesse sentido, uma das preocupações centrais da obra reside em responder a determinadas questões referentes ao papel das sociedades geográficas na América Latina, marcadas pelo sentido colonialista das congêneres europeias, mas muito imbricadas à elaboração das identidades nacionais das ex-colônias.

Há em *Geografias Pátrias* três perspectivas de investigação. Uma primeira, europeia, destacando a fundação da SGL (em 1875) numa conjuntura diretamente ligada ao colonialismo, sem esquecer, por

outro lado, de como tal sociedade geográfica respondia também a anseios de reafirmação da questão nacional lusitana, cujo projeto compreendeu a abertura de seções “além-mar”, bem demonstrando a articulação e o intercâmbio que havia entre o mundo letrado português e o brasileiro –fato normalmente pouco destacado pela historiografia do/ no Brasil; daí uma segunda perspectiva, de cunho mais regional. Por fim, nota-se uma terceira vertente analítica –nacional–, pois em 1881 a matriz lisboeta da SGL vetara uma proposta brasileira de transformação da seção do Rio de Janeiro em um grêmio independente, estando aí um dos germes para a criação, dois anos depois, em 1883, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), cujos nomes principais eram praticamente os mesmos da Seção Brasileira, mas com ambições evidentemente relacionadas a um projeto nacional brasileiro, assinalando, pois, uma ruptura com o modelo anterior, no qual o Brasil era percebido pelas lentes da elite colonialista lusitana (e da elite local também) como uma continuidade de Portugal.

Na breve “Introdução”, abordam-se algumas discussões sobre a linha de investigação traçada pela autora. *Grosso modo*, dividiu-se tradicionalmente no Brasil a historiografia da geografia entre uma percepção voltada para o século XIX, entendendo como sinônimo deste campo de saber os relatos de viagens e de “descrição da Terra” (p.18), (cita-se a obra seminal a esse respeito, a *Corografia Brasilica*, do padre Manoel Aires de Casal, (1817 [1976]), e outra, focada no século passado, a partir da qual se construiu uma perspectiva muito forte de centralizar os estudos sobre geografia ao período considerado como *institucional*, ou seja, aquele posterior ao surgimento de uma “geografia universitária”, na década de 1930, cujos exemplos repetidos exaustivamente repetidos na historiografia são os

---

<sup>1</sup> Tese defendida em 2006 no Programa de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro com o título de *A Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e o Sonho de um Novo Império Africano*; orientada por Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães. Devido muito provavelmente a um erro tipográfico, o título do livro aparece na capa da edição resenhada como “Geografias Pátrias: Portugal e Brasil – 1875-1889” (e não “Brasil e Portugal”, tal como consta nos dados de catalogação).

<sup>2</sup> Cristina Pessanha Mary é professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (Niterói, Estado do Rio de Janeiro), dedicando-se particularmente à pesquisa sobre historiografia da geografia brasileira. Participa do grupo de pesquisa “Geografia Brasileira: História e Política”. Alguns resultados parciais de suas pesquisas, bem como desdobramentos de sua tese de doutorado, foram publicados em artigos na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Brasileira de História da Ciência. (Dados obtidos no livro resenhado e na plataforma Lattes do CNPQ [<http://lattes.cnpq.br/>]).

da Universidade de São Paulo, Universidade do Distrito Federal e também o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.<sup>3</sup>

Mais recentemente, tem-se pensando a investigação acerca da geografia brasileira no século XIX consideram-se dois caminhos: *a*) a partir da noção de “pensamento geográfico” (Moraes, 1991), na acepção de discursos sobre o território; *b*) a partir da busca do entendimento dos significados da geografia “no processo maior de construção da nacionalidade durante o Império” (p. 19); num procedimento –predominantemente adotado pela autora– em que se valorizam, justamente, as sociedades geográficas e agremiações afins como produtoras de um conhecimento (materializado em boletins, documentos, mapas ou mesmo expedições) o qual não deve ser negligenciado na comparação com o suposto saber “universitário”.

Exatamente sobre o caráter das sociedades geográficas é que tratam os dois primeiros capítulos do livro: o primeiro (“Crônica do movimento geográfico”), focado na atuação das sociedades geográficas europeias no século XIX, e o segundo (“A Sociedade de Geografia de Lisboa: refazendo a ‘nação abatida’<sup>4</sup>”), atento à criação da SGL, em 1875, “em meio a uma Europa convulsionada pela sanha imperialista” (p. 26), num momento também de profunda crise em Portugal, tendo a Sociedade, afinal, uma clara intenção em reatar e dinamizar a “questão nacional” portuguesa.

Um problema central de Portugal era sua fragilidade frente a potências coloniais como Inglaterra, França e mesmo Bélgica ou Alemanha: a *nação abatida* reclamava sua ausência de conferências (como a de Bruxelas, em 1876) nas quais se selou a sorte da África. De modo geral, a presença lusitana na África, embora remontando ao século XV, nunca ultrapassara uma faixa litorânea, sendo uma “imensa carteira de fundos territoriais” (p. 39). Não à toa, uma das bandeiras da SGL, exatamente em uma década (a de 1870) na qual ganha corpo em Portugal o debate

sobre sua própria decadência e convulsiona-se o quadro político,<sup>5</sup> será a reivindicação dos direitos históricos lusitanos sobre esses territórios em África.

Assim como a maioria de suas coirmãs, mas tardia se a elas comparadas,<sup>6</sup> a SGL (composta por sócios ordinários e correspondentes<sup>7</sup>) possuía um perfil<sup>8</sup> bastante de acordo com a participação de membros da nobreza, funcionários públicos (civis e militares) e da elite intelectual e comercial<sup>9</sup> lusitana; traduzido isso na figura de seu primeiro presidente, o Visconde de São Januário, ele próprio, solicitante junto ao governo brasileiro da criação de uma “seção” da SGL no Brasil, justificada, de início, pelo fato de existir no Rio de Janeiro uma grande comunidade lusa. A partir de 1880, a Comissão Central de Geografia do Ministério da Marinha e Ultramar liga-se à SGL, bem exemplificando a relação ambígua e complexa entre as sociedades geográficas e o Estado; negando-se a visão, segundo Pessanha Mary, bastante generalizada em atribuir a criação das sociedades de geografia como um mero reflexo do colonialismo.

Cumprirá, pois, toda essa *intelligentsia* um papel divulgador da “missão colonizadora lusitana”, fundamentalmente, através do “Boletim” da Sociedade e da influência de seu segundo presidente (em termos cronológicos): Luciano Cordeiro, um ardoroso defensor do colonialismo português na África.<sup>10</sup>

<sup>5</sup> Num crescente questionamento da Monarquia, resultando, pois, em 1910, na proclamação da República Portuguesa.

<sup>6</sup> Citam-se as sociedades de 1821 (Paris) ou ainda as do México e Brasil (década de 1830), (Capel, 1988); evidenciando-se assim a SGL como uma criação bastante inserida no período de grande incremento das sociedades geográficas, entre o último quartel do século XIX e o início do século XX.

<sup>7</sup> No caso da SGL, constavam como sócios correspondentes nomes como os dos brasileiros Rui Barbosa e Visconde de Rio Branco e do geógrafo Élisée Reclus. No seu auge, por volta da primeira década do século XX, a SGL somou cerca de 2 000 associados.

<sup>8</sup> Interessante reparar que a maioria dos integrantes da SGL era oriunda da Escola Politécnica de Lisboa.

<sup>9</sup> Devido à industrialização tardia em Portugal, a burguesia comercial tinha um papel central na sociedade daquele país.

<sup>10</sup> Major do Exército português, Alexandre Serpa Pinto realizou de fato, em 1877, a tão sonhada travessia da África central, tendo sido seu “feito” celebrado em recepções na SGL e na Seção Brasileira, em 1881.

<sup>3</sup> Paradoxalmente, há ainda uma forte lacuna no Brasil em relação a estudos sobre as geografias praticadas nos espaços institucionais e dos próprios geógrafos a eles ligados.

<sup>4</sup> Expressão tomada de empréstimo pela autora da obra de Queiroz (1900 [1999]).

Urgia, assim, como uma “questão nacional” em fins do século XIX, fazer das possessões portuguesas no continente africano um “novo Brasil”. Tal intento compreendia efetivamente ocupar e povoar os territórios, sobretudo, de Angola e Moçambique, ambicionando-se uma antiga e imaginada interligação entre os oceanos Atlântico e o Índico. Porém, esse projeto será bloqueado pela Inglaterra, através do que ficou conhecido como um “Ultimato” diplomático (1890): os britânicos não se furtariam a uma guerra com o combalido reino de Portugal se este pusesse entraves à expansão inglesa, vinda desde a África do Sul, a qual, então, já penetrava por territórios interiorizados, concreta e literalmente, no “meio do caminho” das pretensões lusas. Portanto:

Naquela conjuntura de aflição, em que, cada vez mais, o ‘pensar Portugal’ se confundiu com o ‘pensar o império’, a necessidade de conjugar esforços para enfrentar as investidas concorrentes nos territórios africanos ensejou a política (...) de autorizar seções externas. Essas filiais deveriam ser criadas nas diversas localidades onde fosse possível reunir sócios correspondentes em número suficiente, e dispostos a aderir ao movimento geográfico,<sup>11</sup> defendendo, propagando e representando os interesses portugueses e da sociedade matriz em Lisboa (pp. 63-64).

Esses interesses serão expressos através da seção brasileira, objeto do 3º Capítulo do livro –“Seção e Secessão”–, versando sobre a “reconstrução e dinâmica” desta filial da SGL no Rio de Janeiro, buscando, igualmente, traçar um panorama do perfil dos associados, (suas respectivas posturas ideológicas, atividades profissionais predominantes etc.). Ao final, destaca-se o *imbróglío separatista*.

A criação da Seção acontece a partir de reunião, em Lisboa, de alguns dos sócios-correspondentes da SGL ligados à elite brasileira. Se havia no discurso da SGL o ideal de uma suposta crença na ciência

enquanto depositária do apagamento das diferenças entre Portugal e Brasil (p. 74), fundamental é observar que a matriz lisboeta condicionava todas as deliberações das “seções” à sua aprovação da matriz, numa estratégia evidentemente direcionada a inibir ações separatistas e/ou contrárias aos interesses do projeto colonizador encabeçada pela sociedade geográfica portuguesa. Assim, a estratégia SGL em relação à seção brasileira constituiu em reunir membros da elite de “além-mar” e emigrados portugueses. Nesse tom, o senador Cândido Mendes de Almeida foi eleito presidente da Seção, cuja presidência seria ainda completada, como vice-presidentes e secretários-gerais, Henrique de Beaupaire Rohan, Visconde de Borges Castro, Barão de Tefé e Francisco Maria Cordeiro; além do imperador e Dom Pedro II como presidente-honorário (pp. 73-74). Na síntese da autora:

A Seção era (...) uma associação da elite imperial: no topo, havia o imperador, sócio-honorário (...) e, à sua volta, advogados, almirantes, médicos, entre eles, nomes da ciência e da cultura (...), bem como influentes editores da época (pp. 82-83).

No entanto, os membros da SGL não contavam com o espírito separatista que tomaria conta de alguns dos integrantes da Seção: no biênio 1881-1882 ocorreu a secessão, da qual resultaram novas eleições, na verdade, apenas rearranjando a antiga diretoria, a qual havia renunciado quando do veto para a criação de uma sociedade geográfica autônoma no Brasil. Somente o Barão de Tefé se desligaria definitivamente da Seção Brasileira da SGL. A iniciativa brasileira recebeu inicialmente uma acolhida simpática por parte do Visconde de São Januário, acabando por ser vetada, porém, por pressão e influência de Luciano Cordeiro. Esse desejo de autonomia não fazia parte, definitivamente, do repertório do grupo hegemônico da SGL. A negativa levou à criação, como dito, da SGRJ.

Mas, afinal, quais foram as “geografias” elaboradas na Seção?

Pessanha Mary chama atenção para a heterogeneidade do temário da “Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil”, da qual teriam circulado apenas algo em torno de

<sup>11</sup> Por *movimento geográfico mundial* entende-se o “conjunto [das] ações expansionistas a levar [...] ‘civilização’ a localidades imaginadas como inóspitas e bárbaras” (p. 25), formado por expedições militares, comerciais, “missões” religiosas etc.

dez números, entre 1881 e 1886. Propõe a autora uma classificação em três fases na linha editorial do periódico: uma voltada predominantemente para artigos sobre o Brasil (questões de limites, sobretudo), uma segunda, na qual a geografia se aproximara bastante da antropologia, numa predominância de artigos sobre grupos indígenas do território brasileiro, e uma terceira fase, em que se tentou dar um último fôlego ao escopo maior da SGL; ou seja, as abordagens sobre a África.

Nessa fase final (também como mencionado) já não pertenceria mais à Seção o personagem focado no 4º Capítulo –“O Barão de Teffé e uma outra geografia”–, o qual destaca a trajetória de Antônio Luiz Von Hoonholtz (o Barão de Teffé, militar da Marinha e alto funcionário do Império), único membro da Seção da SGL a abandonar a direção e a própria Sociedade em si, justamente por ser um reivindicador em prol de uma *geografia brasileira*, traduzida fundamentalmente no debate sobre a identidade nacional (recusando-se os regionalismos então predominantes) como ligação cultural do “povo” com seu território, bem como na necessidade imperativa de melhor conhecer e cartografar o país –daí a defesa, por parte de Teffé– de expedições e iniciativas práticas, em oposição à atuação da SGL, restrita a discussões de salão.

“A questão nacional como um divisor de águas das geografias do Império” constitui a conclusão do livro de Pessanha Mary, analisando a ruptura ideológica (sobretudo, após a proclamação da República) da intelectualidade brasileira em relação a Portugal. De fato, os anos finais do *otocento* e as primeiras décadas do século XX foram assinalados por um sentimento *antilusitano*, no Brasil. Contribuíram para isso (mais que a simples passagem de um regime a outro –da Monarquia para República), elementos relacionados a um processo– lento, e que percorre todo o período pós-1822 (posterior à independência) –de tomada de consciência, por parte das elites “provinciais” (regionais) a respeito das questões mais atinentes ao “todo nacional” (caminho motivado por acontecimentos como a Guerra do Paraguai – 1864-1870); bem como o debate, daí oriundo, entre centralismo e federalismo no Brasil. Estava posta agora uma comparação dia a dia maior entre o Brasil e o

modelo norte-americano: uma polémica entre iberistas –defensores da continuidade com Portugal– e americanistas. Antes visto pela própria elite local como um transplante de Portugal, o Brasil começava a ser pensado como um território cujo conhecimento, ocupação e devido povoamento tornavam-se projetos centrais para um almejado “desenvolvimento” (vide a geografia de Teffé), estando aí o embrião de um discurso (e de uma prática) predominante e central na geografia material brasileira no século XX: a apropriação econômica e política dos fundos territoriais por parte do Estado nacional.

Apesar de as conclusões do livro de Pessanha Mary não serem exatamente imprevisíveis [pois apontam para a –inevitável– ruptura política e cultural da elite brasileira com a velha metrópole; ensejando um projeto de uma geografia voltada para o próprio território nacional], um dos grandes méritos da obra, além do objeto em si, um caso muito exemplar de tentativa de continuidade cultural da antiga metrópole sobre a ex-colônia, refere-se à ampla pesquisa de fontes primárias (Boletins e Revistas das Sociedades Geográficas). Não é possível avaliar, considerando somente o livro resenhado, até que ponto a SGL e sua Seção Brasileira estiveram direta ou indiretamente envolvidas com a elaboração de mapas, procedimento de realização técnica um tanto complexa no Brasil imperial. No entanto, a cartografia no livro é bastante acanhada: são precisamente seis pequenas adaptações gráficas,<sup>12</sup> simplificadas (em preto e branco), de mapas não originais. Ao fim, nos “Apêndices”, apresentam-se diversos quadros elaborados pela autora: Diretorias da Sociedade de Geografia de Lisboa; Perfil social dos diretores da SGL; Diretorias da Seção; Equipes de redação e chefia de redação; Sócios da Seção da SGL no Brasil – 1881; Subseções da Seção (“Comissões de Contas” e “Comissões Geográficas”); Autores e artigos da Revista da Seção da SGL no Brasil.

<sup>12</sup> A saber: “O Congo depois da Conferência de Berlim”; “Viagens de exploração dos portugueses na África no século XV”; “Travessia realizada pelos pombeiros e viagem de Lacerda e Almeida”; “O traçado da costa ocidental da África, em fins do século XV”; “A região de Ielala”; “Expedição portuguesa à África austral de 1877”. O primeiro é retirado de McEvedy (1996) e os demais de Santos (1988).

## REFERÊNCIAS

- Aires de Casal, M. (1817 [1976]), *Corografia Brasilica*, Edusp/Itatiaia, São Paulo/Belo Horizonte.
- Capel, H. (1988), *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*, 3ª ed., Barcanova, Barcelona.
- McEvedy, C. (1996), *The Penguin Atlas of African History*, Penguin Books Ltd, London.
- Moraes, A. C. R. (1991), *Ideologias geográficas*, 2ª ed., Hucitec, São Paulo.
- Queiroz, E. de (1900 [1999]), *A ilustre Casa de Ramires*, Martin Claret, São Paulo.
- Santos, M. E. M. (1988), *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa.
- Serpa Pinto, A. (1881 [1979]), *Como eu atravessei a África* (02 vol.), Publicações Europa-América, Lisboa.

Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim,  
Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia de São Paulo